


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

de SÃO PAULO

FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES

13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

VIADUTO PAULINA, 80, 10º ANDAR, CENTRO - CEP 01501-020,

FONE: 1132422333R2040, SÃO PAULO-SP, FONE: 1132422333R2040,

SÃO PAULO-SP - E-MAIL: SP13FAZ@TJSP.JUS.BR

DECISÃO/MANDADO

Processo nº: **1032828-72.2020.8.26.0053 - Mandado de Segurança Cível**
 Impetrante: **Rodrigo Lopes dos Santos**
 Impetrado: **Presidente/Diretor da Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST) e outro**
Rua Alvarenga, 1945/1951, Butanta - CEP 05509-004, São Paulo-SP

Juiz de Direito: Dr. Luiza Barros Rozas Verotti

Vistos.

1 – O pedido de liminar comporta acolhimento. Com efeito, os documentos juntados a fls. 19 e 23 comprovam que o impetrante possui proficiência em língua inglesa, pois é Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo, tendo sido aprovado por esta instituição. Portanto, ao menos em sede de cognição sumária, parece ter o impetrante cumprido a exigência constante do edital do referido concurso. O perigo da demora, ao seu turno, advém do fato de que a prova para a comprovação da segunda proficiência em língua estrangeira está agendada para o próximo domingo, dia 12 de julho de 2020.

Destarte, **DEFIRO** a liminar para que o impetrante possa prosseguir no concurso de ingresso para o Doutorado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, nos termos requeridos.

2 - Poderá o autor imprimir cópia desta decisão, desde que assinada digitalmente, para, por seus próprios meios, buscar a autoexecutoriedade dela, devendo a autoridade a quem for a mesma apresentada, dentro de sua esfera de atribuição, promover todos os atos tendentes a dar-lhe pleno e integral cumprimento, sob pena de prática de crime de desobediência, eventual crime de responsabilidade e/ou ato de improbidade administrativa.

3 - Nada tendo a regularizar, servindo esta decisão como mandado, notifique-se a autoridade impetrada para prestar informações em 10 dias, dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial da respectiva pessoa jurídica interessada, e depois, com as respostas, ao Ministério Público.

4 - Tratando-se na espécie de processo que tramita pela via digital, na forma do Art. 1.206-A, *caput* e parágrafo único, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, bem como do Comunicado CG nº 879/2016, é vedado o recebimento em meio físico (papel impresso) de informações, ofícios, relatórios ou outros documentos apresentados por autoridades que não devam necessariamente intervir por

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

de SÃO PAULO

FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES

13ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

VIADUTO PAULINA, 80, 10º ANDAR, CENTRO - CEP 01501-020,

FONE: 1132422333R2040, SÃO PAULO-SP, FONE: 1132422333R2040,

SÃO PAULO-SP - E-MAIL: SP13FAZ@TJSP.JUS.BR

intermédio de advogado, sendo obrigatório o uso do formato digital, seja através do peticionamento eletrônico pelos órgãos de representação judicial, a ser preferencialmente utilizado, seja por meio do e-mail institucional da Unidade Cartorária onde tramita o feito.

5 - Todas as informações e/ou documentos deverão estar salvos em formato padrão PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo 'assunto' o número do processo e remetidas para o e-mail da serventia: sp13faz@tjsp.jus.br.

Int.

São Paulo, 10 de julho de 2020 às 09:45.

Luiza Barros Rozas Verotti

Juiz de Direito